



O REINO DO KONGO: CULTURA E CRISTIANISMO, PERSPECTIVA HISTÓRICA (SÉCULO XVII)

THE KINGDOM OF KONGO: CULTURE AND CHRISTIANITY, A HISTORICAL PERSPECTIVE (17TH CENTURY)

Mário Ana Maria Alberto¹

RESUMO

O presente artigo propõe apresentar, numa perspectiva histórica, o processo de cristianização do Kongo durante o século XVII. O artigo versa sobre um período de grande agitação marcado por conflitos socioculturais entre a cultura tradicional e o cristianismo com a presença dos missionários Capuchinhos, notável por uma dinâmica profunda que nasceu de uma coabitação na diferença entre a cultura tradicional local e a cultura cristã. O estudo visa clarificar o conflito religioso entre a cultura tradicional e o Cristianismo e analisar a forma como a segunda influenciou a primeira. Foi feito um estudo dos acontecimentos que marcaram as relações socioculturais entre os autóctones e os missionários europeus.

Palavras-Chave: Kongo; cultura tradicional; cristianismo.

ABSTRACT

This article proposes to present, from a historical perspective, the process of Christianization of the Kongo during the 17th century. The article discusses a period of great upheaval marked by socio-cultural conflicts between traditional culture and Christianity with the presence of Capuchin missionaries, notable for a profound dynamic that arose from a cohabitation in the difference between local traditional culture and Christian culture. The study aims to clarify the religious conflict between traditional culture and Christianity and to analyze how the latter influenced the former. A study was conducted of the events that marked the socio-cultural relations between the natives and the European missionaries.

Keywords: Kongo; traditional culture; Christianity.

¹ E-mail: pembangaba@hotmail.com. Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação /ISCED-Cabinda, Angola no; Departamento de Letras e Ciências Sociais

INTRODUÇÃO

O reino Kongo constitui uma unidade cultural (Altuna, 1993:20-21). O aspecto cultural compreende língua, crença, usos e costumes. O reino formava um Estado uno, monárquico e democrático com costumes próprios transformados em leis que regulavam a vida quotidiana deste povo. Educados na vivência cultural e no espírito de inteira obediência às tradições, os bakongo patentearam uma educação peculiar que reflecte a sua identidade cultural. É impossível nas suas relações socioculturais, separar a religiosidade do dia-a-dia, daí, afirmar-se que são religiosos por vocação.

A presença do cristianismo na região influenciou fortemente a vida sociocultural e política, pois, o encontro das duas culturas foi marcado por contradições e incompreensões entre os autóctones (defensores da cultura tradicional) e os missionários (defensores da cultura cristã e europeia). Essas contradições (motivadas pelo chauvinismo dos nativos e desrespeito da sua cultura) foram muitas das vezes resolvidas por via diplomáticas com o envio de vários embaixadores (de ambas as partes) para Europa e Kongo, fazendo deste reino um parceiro da Europa e Santa Sé.

O presente estudo consiste na análise do processo de cristianização no reino do Kongo no período 1645-1665 que corresponde ao encontro ocorrido entre a missão capuchinha e a religião local. Este período se destaca na história local pelo facto de, cronologicamente, encontrarmos nele datas importantes que marcaram ruptura/início de novas realidades: o ano 1645 marca o início de uma viragem histórica da cristianização do reino, pela chegada dos primeiros missionários italianos (capuchinos) e o ano de 1665 foi marcado pela batalha de Mbvila que, com a morte do rei Dom António I (Vita Nkanga), marcou o início da decadência do reino como um Estado uno e centralizado politicamente.

O artigo tem como objectivo, descrever o conflito religioso que se anexou a guerra civil e rixas entre cristãos e tradicionalistas e, também, perceber as suas consequências nos vários domínios sociais e culturais. A primazia documental para a realização deste artigo é a obra do missionário capuchinho Giovanni Cavazzi de Montecuccolo, que esteve no Kongo, e aborda a questão da evangelização capuchinha numa forma sistemática por meio de um trabalho empírico em perspectiva comparada. Para a confrontação dos dados, fez-se um estudo comparativo de outros autores que também deram o seu contributo na questão da cultura e cristianismo no reino bem como a análise das correspondências diplomáticas entre a elite local e europeia.

1. O REINO DO KONGO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

O reinado do Kongo era composto por uma associação de várias sociedades que foram sendo anexadas ao longo dos tempos à autoridade central de M'banza-Kongo, formando, deste modo, um dos maiores reinos da África Austral.

De acordo com Vansina (2010, pp. 647-652), o grupo etnolinguístico Kongo ocupa um território que se estende do Gabão meridional ao planalto de Benguela e do Oceano Atlântico até muito além do rio Cuango com uma população estimada em 8 milhões de

habitantes. O carácter geralmente montanhoso dos territórios explica o facto da população, em sua busca de um habitat melhor, ter sido desigualmente repartida, regiões povoadas, do tamanho de um pequeno distrito ou de um centro provincial, alternadas com desertos.

Do âmbito político o reino do Kongo foi sofrendo ameaças na centralização do poder, como por exemplo no século XVII com a instauração de uma crise política quando o poder do rei Garcia II se encontrava ameaçado, particularmente por razões internas, como desacordos com rivais de importantes províncias do Soyo e Ndembo. As crises políticas levaram por vezes a fragmentação do reino. Isso levou Setas (2007, pp. 21-22) a afirmar que, o território do Kongo de nenhum modo pode ser representado por um mapa que o delimite com fronteiras fixas. Estas foram variando com o passar do tempo, desde o primeiro período de expansão e conquista que se calcula ter acontecido a partir do final do século XIII e durante o século XIV, seguido da consolidação e, por fim, do desmoronamento, nos finais do século XIX, com o advento do Congresso de Berlim em 1885.

A adopção do cristianismo pela corte local contribuiu na fragmentação do reino, pelo facto de outras regiões não aceitarem visto que defendiam a espiritualidade local. Essa espiritualidade configurou-se como “religião tradicional”. Isso provocou conflitos sociais e divisões no reino. Os missionários europeus tratavam de forma diferenciada os convertidos ao cristianismo (baptizados) e os não convertidos tidos como conservadores. Isso mapeou regiões diferenciadas, tanto que polarizou seu povo ao ponto de provocar rixas territoriais. Sobre a influência que o cristianismo provocou na instabilidade fronteiriça da região, Cavazzi (1965, p. 20) escreveu o seguinte:

Muitos afirmam que o Congo, quando a fé Católica entrou neste reino, media 1700 milhas de perímetro. Na minha opinião, julgo que fosse mais extenso, especialmente pelo lado Oriental, onde há remotíssimas regiões inacessíveis pelos seus íngremes despenhadeiros e pelas suas emaranhadas e hórridas florestas. Certamente a mudança de religião no Congo e a obstinação na idolatria de muitas regiões periféricas causaram muitas rebeliões, pelas quais alguns territórios conseguiram a independência, e a mantiveram pela inacessibilidade dos seus territórios. Portanto, parece ser hoje muito reduzidas as fronteiras do antigo domínio.

O reino era um Estado monárquico e democrático com uma estrutura bem organizada em todas as jurisdições (quer política, social, económica e religiosa). Do ponto de vista administrativo, havia a separação dos poderes: executivo (Rei, seus ministros e Governadores), legislativo (formado por conselho de anciãos), o poder judicial (costumes tradicionais próprios transformados em leis que regulavam a vida quotidiana) e o poder religioso (sacerdotes, curandeiros e adivinhos). Ao mesmo tempo, havia compartilha entre estes poderes em determinadas matérias.

Sobre a democracia, Batsikama (2018, pp. 17, 60) afirma que, “o reino do Kongo possuía uma “constituição” e leis próprias que todo o cidadão (socializado) conhecia, um governo funcional e um vasto território de 144 municípios que pagavam tributo ao Rei”. A Constituição defende nos pontos 1) e 2) do seu Artigo nº 7 que o poder pertence ao povo e deve ser exercido em benefício do valor humano. A autoridade deve exercer o

poder com orelhas, quer dizer, o poder não consiste tão-somente em ditar ordens, mas deve-se escutar o que dizem os administrados; o artigo nº 8, ponto 1) sobre eleições gerais, defende as eleições gerais como meio para se chegar ao poder e o povo como garante do poder; nos artigos 9º, 10º e 11º está patente a separação dos poderes político, legislativo e legislativo e espelha as funções (direitos e deveres) de cada órgão que compõe cada estrutura do poder, isto é, cada órgão de soberania conhecia os seus deveres, direitos e limites das suas funções de acordo a Constituição do Estado (Batsíkama 2018, pp. 64-66).

Os autóctones foram educados a respeitarem os princípios da convivência sociocultural num espírito de inteira obediência às tradições, de respeito e de diálogo permanente. Todo seu pensar e agir têm como base os princípios da espiritualidade. Um dos mandamentos estabilizador da vida em sociedade é o de que, aquele que não honra seus antepassados, não cumpre os princípios culturais e nem respeita os mais velhos, perde a protecção destes e jamais será honrado e respeitado pelos seus descendentes. Talvez seja uma base religiosa.

A religião como um subsistema cultural desempenha um papel importante na estabilização política, social e económica da sociedade. Para Amadou Hampate Bâ, “a religião em África é a armadura da vida. Informa todas as acções públicas e privadas do homem negro. Tentar compreender a África e o africano sem a contribuição das religiões tradicionais, seria como abrir um gigantesco armário esvaziado do seu conteúdo mais precioso” (Altuna, 1993, p. 383).

De acordo com Kautedza (1965, p. 52-53), a vida dos Bantu, toda a sua psicologia e conduta moral, gravitam sobre princípios, que têm o seu quê de misticismo religioso. Para o Pe. R. Tossou, “a religião africana é uma religião cultural; a cultura africana é uma cultura religiosa” (Altuna, 1993, p. 380).

Cultura tradicional Kongo

A religião tradicional é monoteísta. Para Carmo (2001, p. 340), este monoteísmo é muito anterior à chegada das grandes religiões missionárias (cristianismo e islão). O facto de existirem outras entidades espirituais levou alguns etnólogos a afirmar que os africanos eram “politeístas”, o que é tudo menos exacto. Outros chamaram àquelas entidades “deuses menores”, o que também só serve para aumentar a confusão. Para os africanos, de facto, há apenas um único Deus, acima de todas as outras criaturas, as quais lhe estão subordinadas visto terem sido criadas por ele. Para Altuna (1993, p. 428), “a terminologia usada pelos autores frequentemente confunde e falsifica. Empregam-se, sem aquilatar a sua realidade e o seu conteúdo, expressões como: “deuses”, “semi-deuses”, “espíritos dos antepassados”, “manes”, “espíritos da natureza”, que desfiguram a crença Bantu.

A religião como subsistema cultural tem importante papel na estabilização política, social e económica das famílias. A religião é a base da compreensão da vida quotidiana, das práticas institucionais e ajuda na manutenção da ordem jurídica da sociedade. Toda a vida dos autóctones vira-se para religiosidade. Os seus antepassados constituem um

factor decisivo dos usos e costumes. Acreditam que a dignidade, a prosperidade da comunidade e o seu bem-estar, dependem da fidelidade e na guarda dos costumes tradicionais. Entre os costumes locais, figura-se a noção do bem e do mal e, por via de rituais e conhecimentos ocultos, se consegue recompensar e atenuar as forças externas.

Magia nos Bakongo

O uso de materiais contendo espírito é um totemismo típico da tradição que, na prática desenha os pressupostos da magia local. Assim sendo, o suporte da espiritualidade faz da magia uma plataforma com finalidade de religião, da forma como foi mais tarde estruturada. Ela inclui todos os ritos e práticas, que influenciam as forças sobrenaturais sob forma de metalinguagens: o objectivo é conduzir seres humanos a olhar o bem e afastar-se do mal. Pode-se distinguir dois tipos de aspectos da magia: aspecto positivo (em que o homem se serve dela para anular as influências maléficas, protegendo-se a si mesmo e ao próximo) e o aspecto negativo (em que se serve da magia contra o próximo causando danos).

Rocher (1982, pp. 177-180) afirma que o simbolismo da magia tem como fim ligar o homem a uma ordem supranatural ou sobrenatural. Ela consiste na manipulação das forças sobrenaturais, invisíveis e intangíveis, pelo homem, recorrendo aos símbolos apropriados. Nas sociedades arcaicas, a magia estava intimamente ligada à vida social; acompanha o trabalho, a guerra, os empreendimentos importantes, inscreve-se nas relações humanas, protege e defende tanto a colectividade como os indivíduos.

A magia como arte é apenas acessível e exclusiva aos que gozam de conhecimentos e faculdades especiais. A sua acção pode fracassar se o ritual não for realizado em conformidade e ortodoxia ou se houver impossibilidade de conhecer claramente a complexidade de energias que regem o universo. Por isso, os especialistas da magia ocupam um lugar de distinção na sociedade.

O medo das influências do mundo invisível (ataque de um malfeitor, ou espíritos sobrenaturais ou ainda castigo pelos antepassados pela desobediência a tradição) faz com que frequentemente as pessoas com dons especiais e inclinadas a magia sejam consultadas. Desde modo, diante de qualquer aflição ou perigo recorre-se a sessões de magia, realizadas por pessoas dotadas de poderes extraordinários, para esclarecer os mistérios da vida, explicar a origem do mal, solidificar a convivência social, apaziguar os espíritos descontentes, neutralizar ou afastar qualquer ameaça maléfica na sociedade.

Estes especialistas são os intérpretes, sociólogos, psicólogos, juristas e sacerdotes e médicos, por isso, são venerados. De acordo com suas actividades, podemos agrupá-las em três categorias: (a) o adivinho, (b) o curandeiro e (c) o feiticeiro que na cultura tradicional têm apenas uma designação “*Nganga*” traduzido para o português “sábio”.

O adivinho (Nganga)

Não existem termos apropriados que traduzam (para o português) o amplo significado que são atribuídos às diversas especializações de Nganga pelos vocábulos locais, o que implica fazer-se alguns ajustes nos termos. A maior parte das vezes, o adivinho é também

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

curandeiro e, assim, esta designação implica especialização curativa. Tem como missão averiguar, descobrir, prever, denunciar, acalmar, explicar, interpretar, proteger, julgar e curar. Assim, Sweet (2007, p. 145) declara que, um dos instrumentos mais utilizados pelos africanos para explicar, prever e controlar o mundo à sua volta é a adivinhação. Na sua forma mais simples, a adivinhação envolve a comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos espíritos. Os adivinhos efectuam uma série de rituais para invocar os espíritos e saber das suas intenções para com os vivos” assim pode-se prever eventos passados e futuros, descobrir a culpa ou a inocência de criminosos suspeitos e determinar a causa de uma doença ou de outros infortúnios.

O curandeiro (Nganga)

Para Parrinder (*apud* Altuna 1993, p. 579), o curandeiro é um autêntico homem da ciência, pois procura descobrir e utilizar as leis do universo, leis não só da natureza “inanimada” mas de todo o cosmos espirituais. Na mesma vertente, Altuna (1993, p. 580) afirma que, o curandeiro consegue desvendar os mistérios apresentados pelo cosmos e pela existência, formula os problemas, procura a solução e aplica os remédios “científicos” de acordo com os princípios de dedução da mais profunda tradição Bantu. Como se pode observar, a função do curandeiro se assemelha com a do adivinho. Os adivinhos e os curandeiros encontram-se do lado oposto da maldade. A eles, cabe-lhes descobrir os causadores do mal na sociedade para depois neutralizar, recorrendo às práticas mágicas e ao exercício da medicina natural à base de plantas e ervas medicinais, de mistura com rituais mágicos para afastar os espíritos causadores do mal.

O feiticeiro

De acordo com Altuna (1993, p. 598), ainda não está devidamente identificada a personalidade do feiticeiro e isto tem dado origem a grande confusão. O feiticeiro, especialista da magia (maligna), actua na clandestinidade e na invisibilidade. Mistura veneno na comida, na bebida ou espalham na via pública e outros locais e assim vitimam muitas pessoas. Tanto a sua personalidade como a própria acção (ritual) são misteriosas e secretas. Acredita-se que vivem na comunidade, mas ninguém o conhece. Desconhece-se o recipiente embora se conheça o conteúdo.

Kautedza (1965, pp. 59-60) é de opinião que o conceito de feiticeiro, que ordinariamente se encontra nos livros europeus, difere muitíssimo do conceito dos Bantu. Segundo estes, o feiticeiro é um homem que de noite vai vingar-se dos inimigos ou injectar doenças nalguma pessoa da família do ultrajante. É um conceito tão vago que ninguém ainda lhe precisou o conteúdo... Ordinariamente o conceito de feiticeiro dos europeus refere-se ao adivinho e ao médico porque, geralmente a magia é executada por estas duas categorias de homens.

Os Bakongo acreditam que os feiticeiros são agentes e actuam ao serviço dos espíritos maus (seres misteriosos) os causadores do mal à humanidade. O medo destes espíritos e seus agentes faz com que frequentemente os *Nganga* sejam consultados.

2. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA CRISTIANIZAÇÃO DO KONGO

Antecedentes da missão capuchinha no reino do Kongo

“Dentre os reinos africanos, o reino do Kongo é o que tem, de longe, a mais longa tradição cristã, começando nos finais do século XV e continuando (embora como um rio no deserto, tornando-se cada vez mais estreito) até meados do século XIX, isto é, até à chegada dos primeiros missionários da época moderna” (Baur 2002, p. 50).

A cultura local entrou em contacto com a cultura europeia no século XV (1482), por intermédio do navegador Diogo Cão, no reinado de Nzinga Nkuwu. Os primeiros contactos estabelecidos, entre as delegações de Portugal e do Kongo, influenciaram significativamente nas condições para a implantação do cristianismo na região, pois, nos anos subsequentes foram enviados mensageiros de ambas as partes (para Portugal e Kongo) respectivamente bem como missionários e artistas para o Kongo. Para o efeito, a expansão comercial europeia e cristã foi determinante como afirmou Gonçalves:

Um dos vectores fundamentais impulsionadores da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI foi o chamado «espírito de cruzada», com os seus dois aspectos relevantes: um, de vocação apostólica, com a tentativa de D. João II e D. Manuel I para organizar um reino católico no Congo, considerado como a porta de acesso às terras do famigerado Preste João, vasto e poderoso império cristão abexim senhoreado por um rei-sacerdote, permitindo assim formar ao Sul de África muçulmana um grande bloco cristão; o outro, de política internacional, procurando-se obter da Santa Sé, cabeça da cristandade, o reconhecimento dos direitos portugueses aos mares e terras descobertas. Estes direitos foram expressamente reconhecidos em 1455 pela bula «*Romanus Pontifex*» de Nicolau V» em que o Papa declarava que as terras descobertas pertenciam ao rei de Portugal e seus sucessores, ficando a coroa portuguesa com a obrigação de mandar evangelizar e trazer para o seio da igreja católica os naturais das terras descobertas. De acordo com estes objectivos, os portugueses estabeleceram contacto com a mani-Congo, Nzinga-a-Nkuwu, a quem entregaram presentes e uma mensagem do rei de Portugal, convidando-o para a fé de Cristo. (Gonçalves 1989, p. 531).

No dia 3 de Maio de 1491, o rei Nzinga Nkuwu (com alguns membros da sua elite) foi solenemente baptizado com o nome cristão de D. João. Com esse baptismo, o Kongo se tornou oficialmente cristão e a igreja católica como a religião oficial do reino. A decisão do rei Nzinga Nkuwu, confirmada pelos seus sucessores, de optar o cristianismo como a religião oficial do reino, influenciou fortemente a vida sociocultural da região, pois, abriu as fronteiras do reino à cultura e religião europeia. Abriu-se o caminho para o estabelecimento de relações diplomáticas directas do Kongo com Portugal e a Santa Sé de onde foram enviados posteriormente embaixadores e várias correspondências, demonstrando assim a capacidade organizativa e institucional do reino na diplomacia, colaborando fraternalmente com o Ocidente. O catolicismo foi assumido pela elite local que impôs aos bakongo um novo estilo de ritos, símbolos e hábitos. Foram incorporados diversos elementos do catolicismo nas estruturas da sociedade. As elites passaram a frequentar em ritos cristãos e fazer uso de objectos do culto católico, como imagens de Santos, rosários e crucifixos em detrimento de cultos e objectos tradicionais.

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

Dom Afonso I (Mvemba Nzinga) foi o rei que se tornou o cristão mais notável que a história do cristianismo no Kongo registou. Procurou a todo custo estabelecer um reino cristão convencido de que o seu poder real devia ser baseado na fé cristã e entendeu que era necessário extinguir os ritos e objectos de culto da religião tradicional, provocando desta maneira rebeliões populares. Distinguiu-se pela sua busca de uma firme aliança com os portugueses concentrando a sua acção com actos de proselitismo religioso e venda de escravos com o fim de obter missionários para converter o seu reino ao cristianismo e obter ao mesmo tempo meios de desenvolvimento do seu reino (Malumbu 2005, p. 91). Autor de várias correspondências à Portugal e a Santa Sé, Dom Afonso I quis transformar o seu reino numa região completamente cristianizada, por isso, não se cansou em pedir cada vez mais missionários. Mandou vários jovens à Portugal para serem instruídos e contribuírem nos esforços da reconstrução do Estado e do cristianismo no Kongo. Numa das correspondências registadas em seu nome, Dom Afonso I lamenta pelo facto do seu povo não ter ainda se convertido ao cristianismo e se arrepende por terem sido enganados pelo demónio, adorando ídolos, prometeu abraçar fortemente a fé cristã e católica e manifestou o seu desagrado e desgosto pela conduta e vícios dos missionários europeus, pedindo ao governo de Portugal para que não se mande mais missionários indignos ao Kongo. Os últimos anos de sua governação foram marcados pela crescente oposição dos autóctones por causa da sua fidelidade a religião cristã e dura oposição a religião tradicional. Apesar das decepções, não poupou esforços para transformar o seu reino totalmente cristão.

Os anos que se seguiram a sua morte foram caracterizados quase por um retorno às práticas da religião tradicional, às crenças mágicas e à poligamia. O baptismo e a veneração da cruz permaneceram como os únicos sinais visíveis da adesão do homem comum ao Cristianismo (Baur 2002, p. 57). As principais razões deste facto foi a falta de missionários suficientes no Kongo, o mau exemplo dos missionários e a deficiente preparação dos crentes. Portugal, que gozava do padroado, não tinha capacidade humana para atender tantos pedidos de missionários para o reino. Por outro, o governo português, com o tempo, passou a preocupar-se mais com os problemas políticos e económicos do que com a evangelização. A actividade missionária tinha sido politizada, por isso, os reis do Kongo procuraram restringir o monopólio comercial e missionário dos portugueses, tentando estabelecer contactos directos com Roma para que o Vaticano tomasse conta da evangelização do reino. Com este propósito foram enviadas várias embaixadas à Roma para denunciar os abusos portugueses e pedir a substituição da missionação portuguesa por outras nações.

Dom Álvaro II (Mpanzu-a-Nimi) foi o rei que no campo da diplomacia eclesiástica alterou as relações do reino com o exterior. Para se livrar da dependência portuguesa mandou uma embaixada ao Papa Clemente VIII para pedir formalmente a protecção papal contra os portugueses, a concessão de sacerdotes e bispos não portugueses bem como a criação, no reino, de uma diocese independente de São Tomé.

De acordo com Troesch (1959, p. 233),

Dom Afonso I, Dom Álvaro II e seus sucessores entendiam que, o Kongo não sendo terra de conquista nem vassalo, mas reino independente e como tal aliado de Portugal, não era propriamente abrangido pelo padroado, por isso, procuraram sempre estabelecer relações com a Santa Sé sem passar por Lisboa.

Pela Bula “*Super Specula militantis Ecclesiae*” de 20 de Maio de 1596, o Papa Clemente desmembrou finalmente da diocese de S. Tomé a nova diocese e foi criada deste modo a diocese do Kongo, com sede em M’banza-Kongo, agora elevada a categoria de cidade. Todavia, o conselho português de Madrid fez com que a nova diocese permanecesse dentro do padroado e submetida à arquidiocese de Funchal, em favor do rei de Portugal a quem competia fazer a apresentação dos bispos (que tinham que ser portugueses) à Santa Sé e a dos cônegos ao bispo (Baur 2002, p. 58; Vezzù *et al* 2007, p. 115). A criação da diocese foi uma grande vitória na diplomacia local, mas restava a sua independência eclesiástica. Assim, Dom Garcia II mandou outra embaixada ao Vaticano chefiada por Dom António Manuel ne Nvunda (que acabou por morrer na noite do dia em que chegou ao Vaticano) para pedir novamente a proteção papal contra os portugueses e a concessão de missionários e bispos não portugueses. Pelas notícias que recebeu sobre o Kongo, o Papa Paulo V nomeou como embaixador desta região junto ao Vaticano, o Cardeal espanhol, João Baptista Vives que trabalhou com êxito para que não houvesse missionários portugueses no Kongo. Dom Álvaro III (Nimi-a-Mpanzu), aconselhado por João Baptista Vives pediu ao Papa o envio de missionários capuchinhos para a diocese. O Papa Paulo V aprovou o pedido e depois de alguns obstáculos, insistência e súplicas os missionários chegaram em 1645. O êxito final para esta operação deveu-se principalmente às negociações do missionário João Baptista Vives, e a criação em 1622, da Congregação para a propagação da Fé, da qual Vives se tornou membro influente. A Propagação da Fé fundada pelo Papa Gregório XV pela bula *Inscrudabili divinae* tinha como ideias mestras: a) O missionário católico é revestido duma missão religiosa e não de uma missão nacional; b) a evangelização deve adaptar-se ao carácter dos povos a converter, não se trata de impor a estes povos a civilização europeia., c) os missionários deverão abster-se de todo o envolvimento nos assuntos políticos, de todo o comércio ou de negócios lucrativos, d) não deverão recorrer à força para ajudar a propagação da Fé, e) o seu objecto final deve ser sempre a implantação de uma igreja, portanto, de um clero autóctone.

3. MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS NO REINO DO KONGO: PROCEDIMENTOS DE CONTACTOS (SÉCULO XVII)

A primeira expedição de 12 missionários capuchinhos (sete italianos e cinco espanhóis) chegou ao Kongo em 1645 e foram cordialmente recebidos tanto pela população como pelo rei Dom Garcia II como verdadeiros salvadores. Nos anos seguintes o número de missionários foi aumentando significativamente. Era desejo de Dom Garcia II ter um bispo (a única entidade que podia garantir uma independência eclesiástica) e mais missionários bem como a formação de um clero indígena. Conseguiu que se enviassem mais missionários, mas, os portugueses defendendo o direito do padroado

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

impediram a nomeação do bispo e conseguiram que o reino ficasse sob jurisdição do bispo de Luanda.

No ano 1648 chegaram mais 14 missionários e Dom Garcia II, em audiência, entregou a cada missionário uma patente ou diploma (que os declarava sustentador do ministério apostólico) orientou aos súbditos, oficiais e a toda população que acolhessem os missionários (como anjos vindos do Céu), os amassem, os ajudassem, obedeçam e que obriguem a população a ouvir a pregação. Declarou abertamente que era vontade sua que fosse semeada em todo o seu reino a igreja Católica. Neste decreto, Dom Garcia II orientou para que não se proibisse aos capuchinhos destruir os últimos vestígios da idolatria, apelando aos irmãos (nativos) a não consultarem mais os adivinhos e curandeiros tradicionais. Deste modo os capuchinhos ficaram livres para evangelizar e penetrarem em todas as regiões com graves ameaças contra quem tivesse a ousadia de afrontá-los (Cavazzi 1965, pp. 347-348). Em cada província foi erguido um hospício e eram feitas com regularidades viagens missionárias nas zonas rurais. Nos anos seguintes repetiram-se os pedidos para mais missionários que foram chegando aos poucos.

O apostolado dos capuchinhos do Kongo

O apostolado dos missionários capuchinhos no Kongo foi marcado por dificuldades, inconveniências e antagonismo religioso substanciada nas contradições e perseguições aos nativos que viam na doutrina cristã como um obstáculo a propagação e conservação da cultura tradicional.

A primeira dificuldade dos missionários foi o de adaptação ao clima. A diferença climática e as doenças tropicais foram uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos europeus. Antes da chegada dos capuchinhos, o reino contava apenas com sete padres seculares e mais dois jesuítas (Hilton *apud* Gonçalves 2008, p. 66). O número reduzido de missionários justifica-se em certa medida pelo facto dos missionários europeus encontrarem muitas dificuldades em vencer a problemática do clima e desconhecerem as doenças tropicais. Alguns morriam cedo e outros voltavam à Europa contaminados por doenças desconhecidas. Segundo Cavazzi (1965, pp. 281-282), dos doze primeiros capuchinhos (da primeira expedição) ao Kongo, dois voltaram no mesmo barco para pedirem mais missionários, os outros dez que ficaram, caíram todos doentes e em perigo de vida (outros receberam o sacramento da Santa Unção), tendo um, o padre José, falecido no dia 1 de Julho de 1645 (um mês depois de ter chegado) e foi sepultado no Soyo. Os missionários da segunda expedição adoeceram todos e pelo caminho à M'banza-Kongo morreram os padres Dionísio de Placência e Carlos de Tagia.

Entre 1645 e 1653 chegaram ao Kongo 44 missionários e destes 19 tinham morrido e alguns deles haviam regressado à Europa. Em 1652 (num ano só) morreram 7 missionários (Cavazzi 1965, p. 325). Os dados acima demonstram o quanto o clima tropical foi obstáculo ao processo de apostolado no reino.

Logo no início do seu apostolado os capuchinhos tiveram que enfrentar o problema da heresia. Em 1641, os holandeses (pertencentes a igreja protestante) ocuparam militarmente Luanda a favor de Portugal e tinham-se tornado compradores de escravos

directamente com o mani-Soyo. Este aceitou favoravelmente as relações comerciais com os holandeses mas reagiu fortemente a implantação da fé e propaganda da doutrina protestante no Soyo. Em 1645, aquando da chegada da primeira expedição dos capuchinhos no Kongo, especificamente na foz do rio Congo (Soyo), os holandeses tentaram impedir o desembarque dos missionários mas o Mani Soyo defendeu os missionários e declarou publicamente que estava disposto a derramar seu sangue pela defesa da fé católica e por pouco entrava em conflito com os holandeses (Cavazzi 1965, pp. 273-274). Na altura o Mani Soyo, Daniel da Silva, estava em conflito com o rei, o que fez com que o Soyo se tornasse autónomo e comercializasse directamente com os holandeses. Como chefe de uma região autónoma, o Mani Soyo teve o cuidado de garantir uma comunicação directa com o Vaticano, por meio de uma carta a Sagrada Congregação de Propaganda Fide e ainda com Filipe IV, rei da Espanha, na qual agradeceu o envio de missionários capuchinhos e solicitava mais padres para a salvação daquelas pobres almas desamparadas. Numa outra carta ao Papa Inocêncio X, o Mani Soyo detalhou a sua relação em conformidade ao reino, acrescentou ainda informações sobre as guerras travadas entre ele e o rei (causas e consequências). (Rosana 2008, p. 81): ver cartas do Conde de Soyo à: Dom Filipe IV, a Propaganda Fide e ao Papa Inocêncio X «todas datadas do dia 25 de Março de 1648. O mani Soyo chegou mesmo de acusar o rei como inconstante, feroz, hipócrita e pervertido pelos holandeses, que desejava sacrificar qualquer religioso que viesse da Europa, por isso, chegou de impedir que os capuchinhos fossem a M'banza-Kongo. Os próprios missionários desempenharam o papel de mediador (entre o mani Soyo e o rei), reconciliaram as partes opostas e só assim conseguiram viajar para a capital onde foram recebidos pelo Rei Dom Garcia II (Cavazzi 1965, pp. 283-284).

Durante a sua permanência no Kongo os holandeses (considerados hereges pela igreja católica por professarem a religião protestante) conseguiram introduzir e espalhar neste reino, a doutrina protestante através de livros e propaganda, apesar da forte resistência dos nobres nativos a esta propaganda religiosa. De acordo com Vansina, aproveitando-se da aproximação (Cabazzi 1965, p. 311), o governo holandês tentou persuadir Dom Garcia II a aceitar o ministério calvinista e professores para que se ensinasse na região uma nova civilização, religião e Governo. Para isso, ofereceram livros e presentes ao rei que, em resposta, os queimou em praça pública (Rosana 2008, p. 83). Dom Garcia II tornou-se o defensor da fé Católica e demonstrou as falsidades (na sua visão) contidas nos argumentos dos hereges. Convocou a população na praça pública e declarou quais eram os seus sentimentos sobre a fé Católica e orientou para que todos os que tivessem ainda aquelas publicações as entregassem no prazo de 8 dias. Pediu ainda para que denunciassem aqueles que insistiam em guardar aqueles documentos. Os documentos recolhidos foram depois queimados publicamente. Isto provocou um conflito e os holandeses acusaram os capuchinhos de estarem na base da extirpação da doutrina luterana no reino do Kongo.

Sobre a doutrina protestante neste território, Cavazzi (1965, pp. 289-290) escreveu:

Os piores erros que corriam pelo país eram as perniciosas máximas de Calvino e de Lutero. Foram os holandeses quem espalhou o veneno da heresia por meio de livrescos cheios de doutrinas pestíferas e de calúnias contra a Santa Igreja Católica e contra o romano pontífice, verdadeiro vigário de Cristo.

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

A missão apostólica dos capuchinhos no Kongo foi assinalada por conflitos culturais entre os evangelizadores e evangelizados. A principal inconveniência dos missionários foi o das relações socioculturais caracterizada por desentendimentos. Os missionários movidos pelo espírito de civilizadores e de preconceitos aos negros descuidaram-se do que era tradicional e os nativos (conservadores) por seu lado encontravam dificuldades de se dissociarem das suas práticas. Deste modo era inevitável o surgimento de acidentes no processo de cristianização. O encontro de duas culturas (a europeia e a local) provocou divergências que levou muito tempo a se compreender, caracterizada, em certa medida, pela inadaptação doutrinal (de ambos os lados e conflitos nas relações socioculturais. Para Rego (1962, pp. 56-57):

[...] o mau exemplo dos europeus foi um dos grandes obstáculos à plena compreensão do cristianismo pelos africanos e pelos povos missionados em geral...As relações entre brancos e africanos foram marcadas por dificuldades. Os europeus, em frente dos africanos, não conseguiam, muita vez, libertar-se de um certo complexo de superioridade, de arrogância e de soberba, desprezo pelos não-brancos. Não acreditavam neles e, tantas vezes inconscientemente exageravam-lhes os defeitos... Não compreendendo os eflúvios que se evolavam do novo ambiente, interpretavam-nos a seu belo talento e viam ameaças onde elas não existiam, fantasmas em vez de inocentes realidades...

Os missionários europeus desconheciam a essência da filosofia cultural e tradicional e andavam desinteressados em compreendê-la ou em estudar com profundidade a base da tradição sociocultural. A base (aspectos cívicos, morais e religiosos) da tradição foi obscurecida por um presumível subentendido da superioridade da cultura cristã e europeia. Para os missionários, a principal missão apostólica era a conversão dos autóctones ao cristianismo e isto implicava o abandono, por parte destes, das práticas da cultura tradicional, consideradas pagãs ou adoração a Satanás. Daí o combate acérrimo aos princípios da cultura bem como aos ministros da religião tradicional. Converter os nativos era sinónimo de extinguir a cultura tradicional. A este procedimento, os nativos, defensores da sua filosofia e cultura, resistiram e não se deixaram persuadir facilmente.

A dificuldade de converter completamente os autóctones foi manifestada por Cavazzi (1965, p. 82) no seguinte:

Estas regiões têm o grande defeito, que se verifica em muitos outros países, do bairrismo, uma elevada estima da sua origem, que apregoam como a mais nobre e excelente de todo o mundo. Esta convicção chega a tais consequências que julgo não haver sábio algum da Grécia que conseguisse persuadi-los do contrário, por grande que fosse a sua eloquência" (...) julgam ser esta parte do mundo não só a mais vasta, mais também a mais feliz, a mais rica e a mais bela de todas (...) julgam-se os primeiros entre os homens de todo o mundo e não acreditam nas narrações dos europeus acerca da magnificência de tantos reis e monarcas e da beleza e outras qualidades de tantos reinos do universo.

A elite local cristianizada auxiliou o apostolado missionário. Os missionários gozavam da proteção oficial dos governantes, como demonstrado por Dom Garcia II (e outros os reis) ao apoiar o trabalho dos missionários numa ordem de serviço datado do ano de 1648, que orientava a obediência aos capuchinhos e facilitação da destruição dos últimos

vestígios dos objectos de culto tradicional. Esta sujeição foi renovada em 1652. Os missionários, baseando-se nas prerrogativas que lhes foram atribuídas agiam como lhes convinha para exterminar os costumes e crenças tradicionais e muitas das vezes coagindo o povo a escutá-los o que provocava, por vezes, reacções enérgicas.

Autores como Cavazzi (1965, pp. 362-372) e Postioma (1964, pp. 352-353) expuseram nas suas obras alguns exemplos conflituosos entre os missionários e os nativos.

- a) Na região de Uandu (a Sudoeste de Nkusu) o padre Francisco de Veas encontrou vários ídolos e começou a derrubá-los. Imediatamente um grupo de pessoas se lançou contra o padre e o ameaçaram expulsar da região caso continuasse com esta prática; Acto semelhante aconteceu na região de NKusu. Havia um ídolo venerado como protetor das lavras e das sementeiras e o padre Boaventura, acompanhado por um intérprete, queria destruí-lo, mas encontrou o lugar protegido por guardas armados (que com antecedência suspeitaram da acção do padre) que o ameaçaram de morte caso tentasse alguma coisa e lançaram-se contra ele em pancadarias; O padre José queimou sem ser visto, a caminho de Zombo, um dos templos sagrados. Ao verem o fumo a população ocorreu ao local e incitaram o padre a vingança. O seu intérprete Dom Boaventura, ao ver o povo em direcção ao padre, adiantou para o avisá-lo para fugir. O povo pensando que fosse o autor do incêndio, assaltaram-no a paulada com tanto furor, mas conseguir fugir dali a sangrar e morreu pelo caminho.
- b) Os padres Francisco e José chegaram a região de Nkusu e deparam-se com sepulturas dos ancestrais bem ornamentados com peças de luxo destruíram simplesmente os sepulcros por considerarem inaceitáveis tantos ornamentos e luxo para os pagãos. Isto provocou gritos e pancadarias, e se os missionários não se rendessem e não fossem ajudados por alguns populares morreriam a pancada tal como os seus ajudantes. O rei, ao se aperceber do sucedido determinou que fossem castigados os que haviam excitado o tumulto e orientou que fossem retirados os ornamentos; O padre George de Geel (em 1652) foi espancado até a morte pelos curandeiros enquanto tentava deitar fogo aos ídolos no Ulolo, província de Mbata. Por este acontecimento, Dom Garcia II ordenou que se incendiasse a povoação e que toda a população fosse executada. Não aconteceu devido aos pedidos dos padres que intervieram para que a pena fosse comutada a escravidão; Na região de Mbata, no ano 1653, o padre Jerónimo encontrou uma casa com um ídolo e o queimou. Levantou-se um grande clamor das mulheres, que, ao verem destruído aquela casa, se queixaram da afronta. O duque da aldeia fez prender e mandou castigar todos autores do tumulto. Desde modo o padre acompanhado por vários homens (escolhidos pelo duque para investigarem e descobrirem mais ídolos ocultos que ainda existiam) queimou mais de 70 destas casas, para além doutras destruídas pelos próprios Nganga para não serem castigados.
- c) O duque de Nsundi, em 1653, teve de ir para corte do rei. Como o padre Jerónimo suspeitava dele, investigou-o e descobriu que guardava secretamente muitos ídolos e objectos supersticiosos na sua casa e praticava (secretamente) cultos religiosos

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

tradicionais. Aproveitando-se da sua ausência, queimou todos objectos e aspergiu com água benta toda casa.

O exposto acima, agrupados em três exemplares, demonstra claramente o combate acérrimo dos missionários contra as práticas tradicionais. No primeiro grupo (alínea a) está espelhado a incompatibilidade dos missionários europeus (que consideravam as práticas tradicionais como adoração a Satanás e seus ministros como ministros de satanás) e a sua forte intenção de acabar a todo custo com os princípios da cultura tradicional bem como reacção dos autóctones que eram defensores acérrimos da sua cultura. No segundo grupo (alínea b) está reflectido o comportamento dos nobres do Kongo face ao antagonismo cultural e religioso. A fragilidade e reacção dos autóctones em defender a sua cultura e religião perante as acções dos missionários que agiam com o consentimento da elite local. No terceiro grupo (alínea c) está demonstrado a dualismo de certas individualidades sobretudo os nobres que, apesar de publicamente defenderem os princípios do cristianismo, secretamente, continuavam a reconhecer e adorar a religião e o Deus dos seus antepassados como garante da paz e estabilidade social.

Os missionários tiveram um grande desprezo para com a religião e práticas tradicionais e proibiram os nativos frequentarem os lugares de culto e de veneração (cemitérios e outros lugares místicos), e a veneravam os seus antepassados. Os autóctones procuraram defender a todo custo as suas tradições. Abandonar as práticas tradicionais seria cortar o laço que os unia aos seus antepassados ou as suas origens, e isto significaria desgraças para a comunidade.

Algumas individualidades, (sobretudo os nobres), para ganhar prestígio e privilégios, aderiam a religião cristã por ser a religião do rei. Para estas entidades, as duas religiões serviam. Enquanto a religião cristã lhes dava prestígio, a religião tradicional lhes garantia paz (com seus antepassados) e estabilidade social.

Numa assembleia realizada no Soyo, na segunda metade do século XVII, para discutir a questão das superstições, tiveram os cristãos de decidir entre o Céu e o Inferno, isto é, decidir se queriam observar as leis de Deus ou continuar com as suas cerimónias tradicionais. A resposta foi: «Nós acreditamos firmemente em Deus e em tudo o que o que nos foi ensinado, mas também acreditamos nas nossas cerimónias e costumes» (Baur 2002, p. 64). Os mais moderados aderiam as duas religiões porque, precisam das suas tradições como protecção contra os perigos que os rodeavam e factor de estabilidade social e o cristianismo dava-lhes apenas segurança, prestígio social e político. Os mais conservadores, perseguidos preferiam partir das suas terras e aldeias para as mais distantes do que abandonar as práticas tradicionais e aderirem uma religião que consideravam estrangeira.

Sobre a fé (vacilante) dos autóctones, Cavazzi fez o seguinte comentário:

Culpados destas desordens são alguns maus cristãos do Kongo, pessoas de alta categoria que, para não perderem o favor dos príncipes católicos, professam aparentemente a Santa Religião, mas, às escondidas, protegem os feiticeiros, base e fundamento de toda a idolatria... Com efeito, muitos feiticeiros, descobertos e expulsos de uma região, fogem para outra, e não falta quem os

abrigo. Ou, quando não têm outro recurso, escondem nas florestas, sempre seguidos por pessoas favoráveis, com a ajuda das quais mantêm e difundem os seus erros. Onde a liberdade lhes permite executar mais comodamente os seus infames crimes, contaminam e seduzem muitos que acorrem numerosos para conseguirem a cura das doenças por meio de remédios supersticiosos (Cavazzi 1965, p. 87).

Os missionários testemunhavam na luta contra o paganismo uma luta contra o demónio, e julgavam a religião tradicional como idolatria, as suas ofertas como adoração de satanás, por isso, devia ser combatida como o próprio demónio. Isto deveu-se ao preconceito, generalizado na Europa, de que os africanos eram povos primitivos sem cultura e sem religião, por isso, consideravam toda magia e todos espíritos dos africanos como diabólicos. Neste contexto, todos os instrumentos de culto e de cura, etc., tinham de ser destruídos por completo porque não se podia fazer pactos com o demónio.

Isto não quer dizer que todo o trabalho de apostolado dos missionários foi marcado por incompreensões, há que reconhecer o mérito do trabalho dos capuchinhos. Os missionários deram o seu melhor, sacrificaram-se o bastante para levar a fé cristã em todo o reino.

Metodologia apostólica dos capuchinhos no Kongo

As incompreensões socioculturais não ofuscaram o zelo e o trabalho apostólico dos capuchinhos. Ambos (nativos e europeus) procederam segundo a mentalidade, filosofia e contexto da época.

Na verdade, a fé cristã não se enraizou fortemente no período em estudo. Apesar de tudo, foi por intermédio dos missionários que o Kongo conheceu uma nova dinâmica civilizacional. Os capuchinhos dinamizaram e deram um novo impulso no trabalho de cristianização do reino. A catequese foi a base da metodologia destes missionários. Catequizar os nativos, instruir os neófitos, baptizar os pagãos, reflorescer a fé adormecida nos crentes, fundar igrejas, foram as tarefas primordiais preconizadas pelos missionários na região (Postioma 1964, p. 351). Baseando-se na convicção de que “quem não crer e não for baptizado, não entrará no reino dos Céus”, a primeira preocupação foi baptizar o maior número possível de pessoas, fundamentalmente crianças. De acordo com Baur (2002, p. 63), os capuchinhos baptizaram cerca de 300000 pessoas nos primeiros 25 anos do seu apostolado. Antes de baptizarem, os missionários doutrinavam os pagãos. Para aqueles que eram muito duros e grosseiros na aprendizagem, a Propaganda Fide ordenou que sejam baptizados como crianças. Quanto aos filhos dos polígamos, a Propaganda ordenou que sejam também baptizados, porque não se deve pôr em perigo a alma dos filhos por culpa dos pais. No que diz respeito a inscrição dos baptizados nos registos, os missionários se preocuparam com os sobrenomes (na medida em que a poligamia e a família bastante alargada fazia com que se encontrasse muitas pessoas ou famílias com o mesmo sobrenome), havia a dificuldade de encontrar sobrenomes diferentes. A Propaganda Fide com muita compreensão aconselhou aos missionários para fazerem o melhor possível. A estimativa em média anual de 12000 pessoas baptizadas, não representa a real percentagem de conversões convictas no Kongo porque a maioria da

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

população vivia nas zonas rurais e não tinham acesso a educação nem formação cristã sistemática, por isso, facilmente vacilavam na fé. Quando recebiam o baptismo, continuavam com as suas práticas tradicionais. Para Baur (2002: 65), aos olhos do povo, o baptismo era parecido com a cerimónia de tomar remédios tradicionais. O baptismo era considerado um poderoso remédio protector. Por isso, as mães empreendiam perigosas viagens de cinco ou seis dias para baptizar os filhos. O baptismo dava-lhes um novo sentimento de pertença à religião do rei e do poderoso homem branco.

Uma das grandes dificuldades encontradas para o trabalho de apostolado ou da catequese foi a língua nativa, por isso, nos primeiros anos do seu trabalho serviam-se da ajuda de intérpretes, quer no ministério da pregação, quer na administração do sacramento da penitência (Postioma 1964, p. 343). A língua foi uma grande oposição na missão porque o português possui muitos termos abstractos (para exprimir as verdades cristãs) que na língua local não existem. Os poucos intérpretes que conseguiam falar o português, não tinham formação teológica suficiente para a actividade que exerciam, e talvez percebiam melhor as verdades da religião tradicional do que da religião cristã. Por isso, os missionários deviam trabalhar muito para fazerem penetrar as verdades cristãs às populações. Os intérpretes não compreendiam e interpretavam ao contrário os mistérios da Santa fé. Na tradução exageravam e trocavam o significado da realidade cristã com exemplos exagerados o que obrigava os missionários a trocarem por vezes de intérpretes.

Por esta razão, a única solução encontrada pelos missionários era a construção dum seminário em Luanda para os nativos, que desejavam ser religiosos, para os instruir na língua nativa. De acordo com Cavazzi, a propaganda Fide em 6 de Outubro de 1660 escreveu uma carta ao prefeito da Missão do Kongo insistindo para que os missionários fundassem um seminário para os indígenas, na qual pudessem aprender além da gramática e literatura latina, as Ciências sagradas para subirem ao sacerdócio para que os indígenas pudessem ser bem dirigidos. Em M'banza-Kongo já havia nesta altura uma escola missionária que contava já com 40 alunos escolhidos, muitos dos quais se preparavam ao sacerdócio (Postioma 1964: 356). Este Seminário formou alguns jovens autóctones que contribuíram bastante no trabalho do apostolado. O padre Francisco foi o primeiro capuchinho nativo, filho dum português e duma parente do rei (Dom Garcia II) e foi capelão da corte real.

Alguns missionários europeus, porém, conseguiram aprender perfeitamente as línguas indígenas e pregavam sem intérpretes. Por exemplo, o padre José de Pernambuco conhecia a língua kikongo e pregava sem intérprete. O padre António de Tervelli que missionou no Nkusu compôs vários folhetos em kikongo. O padre António de Monteprandone tentou e com êxito elaborar um pequeno catecismo em kikongo. O padre George de Gell elaborou um vocabulário kikongo (manuscrito composto em latim, espanhol e kikongo) e foi impresso na Bélgica pelos Jesuítas.

Em 1648 os capuchinhos obtiveram de Roma a licença para a publicação duma doutrina Cristiana em quatro línguas, kikongo, português, latim e italiano. A obra saiu em 1650. O padre Jacinto de Vetralla escreveu a primeira gramática kikongo, impressa em Roma pela Propaganda Fide em 1659 (cf. Postioma 1964: 343- 344).

A missão apostólica dos missionários incluía também a educação intelectual dos jovens nativos para formar cristãos sérios e catequistas. Em M'banza-Kongo e no Soyo (por exemplo) foram construídas escolas onde frequentaram muitos jovens. Em M'banza-Kongo, em 1646, o padre Boaventura (compilador dos primeiros esboços da gramática kikongo) abriu uma escola onde logo se matricularam 600 alunos. Ensinava-se nela o catecismo, música, gramática, retórica, artes e teologia, além da alfabetização. As aulas tinham a duração de seis tempos por dia (três de manhã e três à tarde). O padre João de Santiago, em 1647, fomentou muito o ensino no Soyo, onde os 587 alunos recebiam as lições na praça, por falta de lugar. A escola foi frequentada, durante anos. Entre os alunos, um tal Garcia foi enviado ao colégio urbano de Propaganda Fide, em Roma. Um outro aluno, Francisco Fernando de Sousa, entrou no Seminário, fez-se sacerdote e foi nomeado cônego, em Luanda (Vizzù et al 2007: 167).

Com o objectivo de propagar e alicerçar a fé cristã no seio das comunidades os missionários criaram congregações leigas distintas: uma para mulheres e outra para homens sem distinção de classes sociais. Os congregados comprometiam em cumprir a doutrina da igreja católica e reuniam-se regularmente, onde as mulheres reuniam aos domingos ou outro dia santo e os homens qualquer dia de semana. Com estes exercícios os missionários esperavam o aumento de frequência do número de fiéis aos sacramentos. Os congregados acorriam frequentemente ao sacramento da confissão sem determinação de hora ou de dia, eram aconselhados a absterem-se de tudo que era contra o cristianismo e aceitavam a penitência que o padre espiritual lhes impusesse. Desta maneira (na visão dos missionários) se chegava até à raiz da corrupção (Cavazzi 1965, pp. 291-292).

Contextualização

Apesar do sacrifício e zelo activo da parte dos missionários em levar a fé cristã no reino do Kongo e o entusiasmo da parte dos reis em abraçar esta fé, o resultado final da evangelização não foi o desejado. Os frutos espirituais não corresponderam com o desejado pelos missionários (fundamentados na sua metodologia apostólica) visto que a maior parte das pretendidas conversões dos autóctones era aparente e só produzia dúplices demonstrações. Diante dos missionários e dos europeus, os nativos se esforçavam em aparecer como bons cristãos, mas, as escondidas não renunciavam a cultura tradicional, mesmo que alguns deles aclamassem lealdade para com a fé Católica. O grande número de baptizados, não demonstra um balanço positivo na estatística qualitativa da fé cristã porque o sacramento do baptismo não era entendido como começo de uma vida nova, mas como um cerimonial através do qual a pessoa se tornava amiga e aliado dos europeus. Para além das incompreensões conflituosas, o insucesso da missão apostólica tem outras causas extrínsecas. A vastidão do reino não correspondeu com o número de missionários. No Kongo havia um número muito reduzido de missionários para um reino maior em extensão do que Portugal, Itália e Espanha juntos (países que beneficiavam do padroado e da propaganda Fide). O clima mortífero fazia que os missionários morressem cedo e não eram substituídos a tempo.

O Reino do Kongo: cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

O cristianismo não foi incorporado na religião tradicional, nem tão pouco houve alianças culturais e religiosas entre as duas religiões, isto provocou conflitos antagónicos por falta de diálogo cultural entre os missionários e autóctones. O cristianismo foi considerado como uma religião estrangeira e o evangelho não foi adaptado a mentalidade local, chegou europeizada e ocidentalizada. O evangelho foi pregado na língua estrangeira e a bíblia não foi traduzida para língua local. Se houvesse um clero indígena suficiente e se o laicado pudesse participar em maior grau na gestão dos assuntos da igreja, a fé cristã conheceria um outro rumo. Os missionários encontraram dificuldades em compreender que algumas cerimónias (consideradas) pagãs poderiam ser substituídas ou transformadas em costumes cristãos. A dificuldade consistia em distinguir entre maus costumes que deveriam ser banidos, costumes indiferentes que podiam ser tolerados e bons costumes que deveriam ser adaptados. A vida de longevidade do catolicismo no reino foi determinada pelos reis que desempenharam um papel importante na preservação e manutenção da igreja católica, porquanto, estes soberanos eram cristãos e defendiam pela continuidade do cristianismo na região.

Definimos as linhas mestras da metodologia apostólica dos capuchinhos no Kongo como: a catequese, criação de escolas cristã para os jovens, fundação de congregações religiosas para leigos, incremento de actos sacramentais, trabalhos apostólicos nas zonas rurais, estudo das línguas nativas, combate acérrimo às práticas tradicionais e aos seus ministros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de já existirem muitas obras escritas, o estudo da história do antigo Reino do Kongo, torna-se tarefa complexa pela amplitude histórica ainda não explorada em muitos aspectos. Os bakongo constituem um Estado bem estruturado com uma identidade cultural própria. A presença do cristianismo na região influenciou fortemente a vida sociocultural e política das suas populações que viram mais uma força socio religiosa a fazer parte das relações entre culturas. O cristianismo encontrou dificuldades em posicionar-se perante diferenças estruturais e expressões culturais, especialmente religiosa. A tendência de cristianizar o Kongo fora dos princípios culturais tradicionais provocou um desastre em muitas acções missionárias. Os missionários agiam de acordo a filosofia e mentalidade europeia e queriam sociabilizar os nativos de acordo com os princípios e mentalidade europeia. As dificuldades no processo de cristianização resultaram da pregação do evangelho que não foi ajustado a vida e mentalidade local, o evangelho, já adulterado, chegou ao Kongo “europeizada”, ocidentalizada, por isso, os nativos consideravam o cristianismo como religião estrangeira. Os missionários fizeram uma guerra violenta contra a organização familiar, que é a base da sociedade tradicional. Houve uma falha no conhecimento e nas necessidades da alma do autóctone e toda sabedoria foi desprezada. As populações locais não podiam compreender o evangelho fora de seus idiomas, símbolos ou rituais e filosofia, daí a dificuldade na convivência cultural.

Os missionários não conseguiram edificar uma igreja que pudesse sobreviver sem a presença europeia na região.

Embora se reconheça que os frutos espirituais dos missionários não corresponderam aos resultados desejados, é justo prestar homenagem a estes missionários e seus colaboradores, pois consagraram corpo e alma para o apostolado no reino. O trabalho que eles fizeram é imenso. As dificuldades não anularam o seu reconhecimento, pois estes missionários lançaram as bases e cimentaram os alicerces do edifício espiritual da igreja católica no Kongo e na África Central. Os missionários apostaram na formação espiritual e moral dos nativos. Abriram escolas sobretudo na capital Mbanza-Kongo e no Soyo, que foram frequentados por um número significativo de alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTUNA, R. R. A., (1993). *Cultura Tradicional Bantu*, 2ª ed., Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.

BATSÍKAMA, P. (2018). *Reino do Kôngo Origens, Política e Economia*, Luanda: Mayamba.

BAUR, J. (2002). *2000 anos de cristianismo em África. Uma História da Igreja africana*. 3ª ed, Lisboa: Artipol-Artes Tipografias, Lda-Agueda.

BENGUI, M. P. (2019). *A língua e a cultura do povo bakongo: do nome ao parentesco na cultura moderna*. Bahia: UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras, 2019.

BRÁSIO, A. (1965). *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1647-1650)* Vol. X, Lisboa. Agência-Geral do Ultramar.

CARMO, A. (2001), *Antropologia das Religiões*. Lisboa: Universidade Aberta.

CAVAZZI, J. A. M. (1965), *Descrição Histórica dos três Reinos do Congo Matamba e Angola*, trad. de Graciano Maria Leguzzano. Vol. 1. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GABRIEL, M. N. (1980). *D. Moisés Alves de Pinho e os Bispos de Congo e Angola*, Praga: Livraria Editora Pax.

GONÇALVES, R. A. (2008). *África Indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (Século VII)*. (Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

GONÇALVES, A. C. (1989) “Espiritualidade e Evangelização” vol. 5, In: Conferências, *actas do Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, Porto: Faculdade de Letras. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses.

KAUTEDZA, João de D. G. (1965). O significado Filosófico dos Costumes Bantu, In: *Portugal em África, Revista da Cultura Missionária*, Vol. 22, Lisboa: Editorial LIAM.

MALUMBU, M. (2005), *Os Ovimbundu de Angola: Tradição-economia e cultura organizativa*. Roma. Edizione Vivere.

MANSO, V. de P. (1877), *História do Congo*. Lisboa: Tipografia da Academia

O Reino do Kongo:
cultura e cristianismo, perspectiva histórica (século xvii)

- MUACA, E. A. (2001). *Breve História da Evangelização de Angola*. Luanda: CEAST, Comissão da Cultura.
- POSTIONA, A. (1964). *Metodologia Missionária dos Capuchinhos. Portugal em África, Revista da Cultura Missionária*. Vol. 19. Lisboa: LIAM.
- REGO, A. da S. (1962). “Dificuldade de Missionação”, In: *Portugal em África – Revista da Cultura Missionária*. Vol. 19. Lisboa: LIAM.
- ROGER, G. (1982). *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença.
- SETAS, A. (2007). *História do Reino do Kongo, sob o jogo da cristandade e da Coroa de Portugal*. Luanda: Editora Nzila.
- SWEET, J. H. (2007). *Recrutar África – cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. trad. de João Reis Nunes. Lisboa: Edições 70, 2007.
- TROECH, J. B. (1959). “História Religiosa do Congo”. In: *Portugal em África, Revista da Cultura Missionária*. Vol. 16. Lisboa: LIAM, Nov. – Dez.
- UNESCO, 2010, *História da África V. África do século XVI ao XVIII*. Trad. David Yann Chaigne et alli. Brasília, editor Bethwell Allan Ogot, 2010.
- VEZZÙ, R. e Ntanda Francisco (2007). *O Centenário. Resenha histórica da Evangelização em Mbanza-Kongo*. Luanda: Editorial Nzila.

Recebido em: 25/03/2026

Aprovado em: 30/06/2024

LE ROYAUME DU KONGO: CULTURE ET CHRISTIANISME DANS UNE PERSPECTIVE XVIIIÈ SIÈCLE

RÉSUMÉ

Le présent article se propose de présenter, dans une perspective historique, le processus de christianisation du Kongo au cours du XVII^e siècle. L'article traite d'une période de grande agitation marquée par des conflits socioculturels entre la culture traditionnelle et le christianisme, avec la présence des missionnaires capucins. Cette période se distingue par une dynamique profonde née de la cohabitation entre la culture traditionnelle locale et la culture chrétienne, malgré leurs différences. L'étude vise à clarifier le conflit religieux entre la culture traditionnelle et le christianisme, ainsi qu'à analyser la manière dont ce dernier a influencé la première. Une étude a été menée sur les événements qui ont marqué les relations socioculturelles entre les populations autochtones et les missionnaires européens.

Mots-clés: Kongo. culture traditionnelle. christianisme.